

Nota Introdutória

Em 1557, no fim de Fevereiro, Coimbra guarda-se das pessoas que vinham dos lados do Porto: a «peste» andava na Galiza e em alguns sítios do norte de Portugal, segundo parece. No Verão, pelo menos, uma grave epidemia deflagrou na cidade. Em Santa Justa começaram a manifestar-se febres violentas que davam modorra. Desta freguesia passou às outras, dizimando as casas, tornando as ruas desertas. «Peste sem nome» lhe chamou o Bispo D. João Soares. A epidemia acabou por amainar. Mas em Novembro seguinte recrudescer ou manifesta-se nova doença. «Era um catarro tão forte que pela febre, que o acompanhava, a muitos da cidade tirou a vida». Espalhou-se pela Europa e outros continentes, enchendo de «cadáveres a todo Mundo» (António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, 1971, p. 253).

Iniciamos o texto de apresentação do 52.º volume da Revista Portuguesa de História, que apresenta um dossiê temático subordinado ao tema *Epidemias: uma abordagem histórica*, com um texto escrito por António de Oliveira sobre uma epidemia que visitou Coimbra em 1557 e que correu a Europa neste distante ano e no seguinte. Fenómeno recorrente no quotidiano das sociedades de Antigo Regime, foi-se tornando menos eficaz a partir do século XIX nas sociedades que conseguiram níveis mais elevados de bem-estar económico, o que lhes permitiu tornar os corpos mais resilientes às doenças e aos poderes públicos disponibilizar meios de cura. Ofuscada pela ideia de um progresso sem limites, que comportava a convicção de que o homem podia resolver todos os problemas, a humanidade confronta-se atualmente com limitações que lhe parecem estranhas. Perante esta situação de sofrimento à escala global, procura-se no passado “a memória pertinente” (António de Oliveira) a que procura lançar alguma luz sobre as incertezas do nosso tempo.

A RPH publica neste volume alguns artigos sobre doenças e métodos de cura bem como referentes às condições de assistência na doença. Sobre doenças destacam-se os artigos sobre a *Pestis secunda* (primeira epidemia de peste que ocorreu na Europa após a célebre Peste Negra); os surtos de tifo nos séculos XIX e XX no Minho; e a profilaxia da tuberculose na primeira metade do século XX em Portugal.

Sobre assistência às enfermidades, nomeadamente a dispensada aos mais desfavorecidos, podem ler-se estudos sobre cuidados de saúde

disponibilizados às mulheres pobres no Hospital de Santiago de Braga no século XVI e um estudo que reflete sobre uma “alternativa revolucionária para o Serviço Nacional de Saúde” documentada n’ *O jornal Saúde pelo povo* (1975-1977). As congregações monásticas apostadas sobretudo na salvação da alma não descuravam a do corpo, como se comprova através na análise de espólios documentais das boticas monásticas beneditinas no século XVIII que serviam os monges.

Na *Varia* a RPH publica estudos sobre história urbana, em diversas perspetivas. No campo da história financeira urbana publicam-se dois artigos: um sobre a gestão financeira praticada no maior município do país, num período temporal que abarca os reinados de D. João V e D. José, e outro, sobre o mesmo campo temático, referente à gestão municipal Coimbrã, no período cronológico de 1762-1820. A história da cidade de Lisboa beneficia ainda de um texto sobre a configuração do espaço urbano da cidade entre os princípios do século XIX e os princípios do século XXI.

A RPH nasceu no tempo do Estado Novo, regime político que a condicionou fortemente durante 33 anos ao nível das cronologias e dos temas. Nos últimos anos, este periódico tem vindo a publicar artigos que esclarecem vários aspetos do regime de Salazar e Caetano. Neste volume, destaca-se o artigo sobre os “homens bons” da terra: a Corporação da Lavoura e a política agrária do Estado Novo. Nos anos finais do Estado Novo (1972), Portugal abandonou o estatuto de Estado-Membro da UNESCO. Retomou a sua ligação após a revolução dos cravos. É neste contexto que se integra o artigo sobre a visita de Amadou-Matar M’Bow a Portugal em agosto de 1977.

Uma matriz identitária da RPH é a publicação de artigos sobre fontes históricas, metodologia ou de revisitação de temas à luz de novos núcleos documentais. Este número contém seis textos deste teor.

Na área da esfragística situa-se o texto “Los sellos de validación de los concejos de Córdoba, Sevilla y Cádiz (siglos XIII-XIV)” e o artigo sobre o curso francês contra a Carreira da Índia na primeira metade do século XVI vem demonstrar que a temática é muito mais complexa do que a perspetivada pela historiografia tradicional.

A documentação de natureza judicial é particularmente rica em informação sobre comportamentos que só adquirem visibilidade quando são apanhados pela malha da justiça. Os processos de feitiçaria da Inquisição de Lisboa (séc. XVII) suportam o estudo sobre “estratégias femininas para solucionar problemas amorosos”; por sua vez, os processos judiciais de injúrias e ofensa à moral pública da comarca de Coimbra em finais do século XIX revelam atos e palavras consideradas ofensivas da “honra e consideração”.

Finalmente, no alinhamento escolhido para este número da RPH, destacamos o particular interesse para o exercício do ofício de historiador o texto intitulado “Estatísticas agrícolas regionais em Portugal (séculos XIX a XXI): fontes, problemas e historiografia” e o estudo “Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica”.

Consideramos que os artigos que integram o tomo da RPH, no ano em que este periódico assinala 80 anos de idade, convergem com a sua matriz identitária expressa na frase latina registada na capa do primeiro tomo: *interroga et diligenter investiga*.

As coordenadoras

Margarida Sobral Neto
Ana Isabel Ribeiro